

**A INTERFACE DA PSICOLOGIA COM OS PROGRAMAS SOCIAIS: IMPASSES  
METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS**

Igo Gabriel dos Santos Ribeiro – Discente de Psicologia FCL UNESP Assis/SP

Flávia Moraes – Discente de Psicologia FCL UNESP Assis/SP

Juliana Roberta de Paulo Antonelli – Discente de Psicologia FCL UNESP Assis/SP

Maria Rita Melo Barcelos – Discente de Psicologia FCL UNESP Assis/SP

Patrícia Aymberé Bello – Discente de Psicologia FCL UNESP Assis/SP

Dra. Heloísa Maria Heradão Rogone – Docente Dept. Psicologia Clínica FCL UNESP Assis/SP

Me. Cláudia Maria Rinhel – CRAS II Assis/SP

Como apontam alguns estudos, há pouco tempo a psicologia vem estabelecendo e consolidando seu espaço no campo da assistência social, atuando parcialmente na criação, controle e execução das políticas públicas em diversas esferas. Este estudo pretende discutir a incipiência das ações desenvolvidas neste campo, mais especificamente nos programas sociais direcionados às crianças e adolescentes empobrecidos, embasado em experiências de trabalhos desenvolvidos no programa Ação Jovem. Tal programa faz parte de uma iniciativa do Governo de São Paulo, que por meio da transferência de renda, visa estimular a conclusão da escolaridade básica e a inserção no mercado de trabalho, fomentando o exercício da cidadania. O objetivo principal desta análise é repensar como se dá o processo de implementação dos programas sociais, por meio das práticas da psicologia, nas instituições de amparo social, como Centros de Referências básicos e especializados. Notou-se, através do contato com estas instituições, que ao implementar políticas de atenção social, não há preocupações metodológicas e epistemológicas para pensar os sujeitos de forma dialética, que contempla suas singularidades e seus contextos específicos de vida e existência. Muito embora estejam num grupo de risco, como é comumente classificada, esta população tem características e necessidades diversificadas que, num trabalho generalista, não são contempladas; ao contrário disso, estas práticas tornam-se excludentes. Assim, é possível problematizar como é ocupado o espaço da psicologia e qual sua incumbência dentro desses programas. Há que refletir de que forma está se construindo esse trabalho, considerando a instabilidade e a falta de orientação político-pedagógica dessas ações que, por vezes, não estão estruturadas de maneira clara e eficiente. Isto é, através do trabalho realizado por graduandos, foi possível observar que a psicologia ainda trilha um caminho escurecido no campo das políticas públicas e em determinados programas, não por falta de possibilidades, mas pelo restrito referencial teórico para o desenvolvimento dos programas sociais criados na década atual, além da ausência de qualquer participação ativa no controle e organização destas políticas. Considerando que o Município de Assis sedia um significativo número de projetos voltados para inclusão social, cabe realizar uma constante avaliação acerca dessas ações para que sejam eficientes em suas propostas e que possibilitem mudanças positivas na vida dos grupos atendidos; desse modo a psicologia pode se colocar numa posição ética, que potencializa e promove bem-estar psíquico e mudanças reais no contexto social através desses programas destinados aos excluídos. E não se apresentar de forma tecnicista, desconsiderando a relevância da mobilização e da participação dos usuários na construção e execução de trabalhos pautados em aspectos nobres, criativos e inovadores.

Palavras-chave: psicologia; programas sociais; adolescência.